



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

TERMO DE FOMENTO Nº 023/2024

**TERMO DE FOMENTO Nº 023/2024 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DE SERGIPE, POR MEIO
DA SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA- SEASIC E
SOCIEDADE DE APOIO SÓCIO – AMBIENTALISTA
E CULTURAL (SASAC).**

O ESTADO DE SERGIPE, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA – SEASIC**, CNPJ nº 34.841.186/0001-23, com sede na AV. Hermes Fontes, nº 2120- Anexo a Caixa econômica, Bairro Grageru da cidade de Aracaju/SE, neste ato representada por sua Secretária **ÉRICA LIMA CAVALCANTE MITIDIERI**, portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/SE, inscrita no CPF sob nº [REDACTED] residente e domiciliada na Rua [REDACTED] em Aracaju - SE, nomeada por Decreto em 09 de Janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado de 09 de Janeiro de 2023, doravante denominada **CONCEDENTE** e **SOCIEDADE DE APOIO SÓCIO – AMBIENTALISTA E CULTURAL (SASAC)**, inscrita no CNPJ sob nº 05.550.1870001-10, com sede na Rua Apolônia Martins dos Santos, nº05 - Residencial Ednaldo Villa Nova Valadares, Centro, Simão Dias-SE doravante denominado **PARCEIRO**, representado pela Presidente **DEBORA HEVELLIN SANTOS TAVARES LEAL**, portadora do CPF nº [REDACTED] resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014 de 31 de Julho de 2014, Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, Decreto Estadual nº 30.874, de 19/10/2017, Lei Orçamentária anual do exercício vigente e legislação pertinente, consoante o processo administrativo nº 6710/2024 - FOMENTO-SEASIC e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **Termo de Fomento**, decorrente de Emenda Parlamentar Impositiva, tem por objeto Custeio de projetos de pesquisa, fortalecimento e defesa dos territórios e comunidades ribeirinhas e quilombolas (Nonsucesso, Resina, Carapitanga, Santa Cruz, Brejão, Mocambo, Muculanduba, Porto do Mato e Pontal), conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integra este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado pela **CONCEDENTE**, proposto pelo (a) **PARCEIRO(A)**, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. DA SEASIC:

1.1 Transferir ao **PARCEIRO** os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Fomento, de acordo com a programação orçamentária e financeira e o estabelecido no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

1.2 Designar Responsável pela elaboração do Relatório Técnico de que trata o art. 8º do Decreto (Estadual) nº 30.874/2017 E 59, da Lei 13.019/2014;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

- 1.3** Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos do art. 35, V, h, da Lei nº 13.019/2014;
- 1.4** Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de tomada de contas especial;
- 1.5** Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Fomento, comunicando ao **PARCEIRO(A)** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- 1.6** Retomar os bens públicos em poder do(a) **PARCEIRO(A)** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva deste(a), exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei (Federal) nº 13.019/14;
- 1.7** Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pelo(a) **PARCEIRO(A)** até o momento em que a SEASIC assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei (Federal) nº 13.019/14;
- 1.8** Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, nas hipóteses do art. 48 da Lei (Federal) nº 13.019/14;
- 1.9** Prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, na hipótese do art. 55, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019/14;

2. DO (A) PARCEIRO(A):

- 2.1.** Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aprovados pela SEASIC, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento;
- 2.2.** Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;
- 2.3.** Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;
- 2.4.** Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Fomento, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou Federal, e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;
- 2.5.** Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo inciso X do art. 167 da Constituição e pelo art. 45 da Lei (Federal) nº 13.019/2014;
- 2.6.** Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela SEASIC ou pelos órgãos de controle;

2.7. Submeter previamente à SEASIC qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

2.8. Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta específica, aberta no Banco do Estado de Sergipe - BANESE, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

2.9. Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;

2.10. Publicizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Termo de Fomento, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei (Federal) nº 13.019/2014, mantendo-o atualizado;

2.11. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela SEASIC, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando-a sempre que houver alterações;

2.12. Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Fomento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;

2.13. Garantir a manutenção de equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

2.14. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei (Federal) nº 13.019/2014;

2.15. Facilitar a supervisão e a fiscalização da SEASIC, permitindo-lhe efetuar acompanhamento *in loco* e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

2.16. Permitir o livre acesso de servidores da SEASIC e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

2.17. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, nos termos do art. 11 da Lei (Federal) nº 13.019/2014;

2.18. Indicar um dirigente para que se responsabilize solidariamente, pela execução do presente Termo de Fomento e cumprimentos das respectivas metas;

2.19. Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

2.20. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Fomento, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

2.21. Manter a SEASIC informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

2.22. Permitir à SEASIC, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Fomento;

2.23. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

2.24. Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;

2.25. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

À execução deste Termo proverão do Orçamento Programa do Estado de Sergipe/SEASIC/2024 na seguinte programação orçamentária:

24.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA- SEASIC

Unidade Orçamentária: 24113 - SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Programa: 0051 - Fortalecimento da Política de Assistência Social, a Inclusão Produtiva, a Cidadania e a Garantia e Proteção De Direitos.

Função/subfunção: 08.244

Projeto/atividade: 0886 – Apoio a Órgãos Públicos e Entidades Filantrópicas para Desenvolvimento de Ações Específicas de Assistência Social

Natureza da Despesa: 3.3.50.41 – Contribuições

Valor R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse da SEASIC serão depositados na conta corrente específica, isenta de tarifa bancária, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, conforme disposto no item 2.9 deste termo e disposto no art. 51 da Lei (Federal) nº 13.019/2014.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da SEASIC, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

de Trabalho aprovado pela SEASIC, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Fomento, ficando condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei (Federal) nº 13.019/2014, e art. 7º do Decreto (Estadual) nº 30.874/2017.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA. Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Fomento e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia da SEASIC, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

SUBCLÁUSULA QUARTA. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

SUBCLÁUSULA QUINTA. Os recursos transferidos às organizações da sociedade civil deverão ser depositados em conta-poupança no Banco do Estado de Sergipe – BANESE, somente se admitindo saques após expressa aprovação do órgão público que celebrou a avença, que deverá atestar se tal operação está contemplada no plano de trabalho, bem como se os valores das compras, serviços e/ou obras que se pretende contratar estão condizentes com os praticados no mercado, conforme disposto no art. 7º do Decreto (Estadual) nº 30.874/2017.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA. É vedado ao (à) **PARCEIRO(A)**:

- I - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
- II - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta de quaisquer esferas de poder, por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Fomento, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da SEASIC e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;
- IV - Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo inciso X do art. 167 da Constituição.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária ou pix, cuja chave seja unicamente



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

o CPF ou CNPJ, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, na forma do art. 38, §§ 1º a 4º, do Decreto (Federal) nº 8.726/2016.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA. Caso os recursos transferidos não sejam utilizados no prazo de 12 (doze) meses, o Termo de Fomento deverá ser rescindido, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Secretário de Estado da SEASIC.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

O(a) **PARCEIRO(A)** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela SEASIC, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública estadual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA. O(a) **PARCEIRO(A)** deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de que trata o art. 56 do Decreto n. 8.726, de 27/04/2016, quando for o caso.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA. Para fins de comprovação das despesas, O(a) **PARCEIRO(A)** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, bem como suas certidões negativas de débitos, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA. O(a) **PARCEIRO(A)** deverá registrar em seu sítio oficial os dados referentes às despesas realizadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela SEASIC por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA. A SEASIC designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução em meio eletrônico e/ou com visitas *in loco*.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

SUBCLÁUSULA TERCEIRA. A SEASIC realizará visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.

SUBCLÁUSULA QUARTA. Sempre que houver visita técnica *in loco*, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica.

SUBCLÁUSULA QUINTA. A visita técnica *in loco* não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela SEASIC, pelos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei (Federal) nº 13.019/2014 e art. 21 do Decreto (Federal) nº 8.726/2016:

I - Mediante termo aditivo, por solicitação do(a) **PARCEIRO(A)** devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela SEASIC.

II - De ofício, por iniciativa da SEASIC, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

PARÁGRAFO ÚNICO. A prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Fomento, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela SEASIC, considerando as seguintes situações:

I - Alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela SEASIC para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

II - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho;

III - Ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei (Federal) nº 13.019/2014, e art. 43 do Decreto (Federal) nº 8.726/2016.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pelo(a) **PARCEIRO(A)** à SEASIC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O(a) **PARCEIRO(A)** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no término da vigência da parceria, ou no final de cada exercício (se a duração da parceria exceder um ano), observando-se as regras previstas na legislação aplicável, nas cláusulas constantes deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA. A prestação de contas apresentada pelo(a) **PARCEIRO(A)** deverá conter elementos que permitam a SEASIC avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA. Para fins de prestação de contas anual, quando for o caso, e final, O(a) **PARCEIRO(A)** deverá apresentar relatório parcial ou final de execução do objeto à Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania que conterà, no mínimo, as seguintes informações e documentos:

- I - A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- II - A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III - Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV - Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;
- V - Informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- VI - Informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;
- VII - Informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;
- VIII - Justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso;

SUBCLÁUSULA TERCEIRA. A execução financeira deverá ser comprovada através dos seguintes documentos:

- I - Os demonstrativos da receita e despesa, conciliação bancária, despesa executada, demonstrativo da aplicação financeira, demonstrativos dos bens adquiridos (quando houver).
- II - O relatório de execução financeira, que deverá contemplar os seguintes aspectos:
 - a) a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
 - b) o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver.
- III - Extratos da conta bancária corrente e da aplicação financeira mensal;
- IV - Memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
- V - Cópia das notas e dos comprovantes fiscais e recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados do(a) **PARCEIRO(A)** e do fornecedor e indicação do produto ou serviço. Os documentos fiscais deverão estar atestados pelo responsável legal do(a) **PARCEIRO(A)** e constar o número do Termo de Fomento, acompanhadas das certidões negativas de débitos;
- VI - Comprovante de transferência do pagamento, identificado os dados do(a) **PARCEIRO(A)** e do recebedor do pagamento;
- VII - Comprovante de capacidade técnica dos prestadores de serviços, acompanhado do devido contrato e documentos pessoais (RG, CPF e comprovante de residência).



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

SUBCLÁUSULA QUARTA. As cotações de preços deverão ser apresentadas junto ao plano de trabalho. Caso sejam efetuadas atualizações dos orçamentos, devidamente autorizados pela concedente, deverão ser apresentados na prestação de contas.

SUBCLÁUSULA QUINTA. No final da execução do Termo de Fomento deverão ser apresentadas as Declarações de Cumprimento do objeto e a de Guarda e Conservação dos Documentos;

SUBCLÁUSULA SEXTA. A análise contemplará, dentre outros aspectos:

- I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 36; e
- II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA. O(a) **PARCEIRO(A)** deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

SUBCLÁUSULA OITAVA. A análise da prestação de contas final pelo Responsável Técnico designado pela SEASIC será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

- I - o relatório final de execução do objeto;
- II - os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
- III - relatório de visita técnica *in loco*, quando houver; e
- IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação e os demais documentos registrados na subcláusula terceira da cláusula décima primeira.

SUBCLÁUSULA NONA. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA. Na hipótese de a análise de que trata a subcláusula oitava concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará o(a) **PARCEIRO(A)** para que regularize a documentação.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O(a) **PARCEIRO(A)** deverá observar os seguintes prazos:

- I - a prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia (§ 1º. Do art. 59 do Decreto (Federal) nº. 8.726/2016);
- II - a prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria (art. 69 da Lei (Federal) nº. 13.019/2014)



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

e § 3º do art. 9º do Decreto (Estadual) nº 30.874/2017), prorrogável por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e solicitação prévia;

SUBCLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Termo de Fomento será rescindido unilateralmente pela SEASIC nas seguintes hipóteses:

a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Secretário de Estado, conforme previsto nos §§ 3º e 4º do art. 34 do Decreto n. 8.726 de 2016; e

b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto, nos termos do art. 61, § 4º, inciso II, do Decreto n. 8.726, de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA. Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada, na forma do art. 61 do Decreto (Federal) nº 8.726/2016;

III – o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

SUBCLÁUSULA SEGUNDA. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei (Federal) nº 13.019/2014.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA. Os débitos a serem restituídos pelo(a) **PARCEIRO(A)** serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

I - nos casos em que for constatado dolo do(a) **PARCEIRO(A)** ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 69, do Decreto (Federal) nº 8.726/2016; e

II - nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação do(a) **PARCEIRO(A)** ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da SEASC quanto ao prazo de que trata o art. 13 do Decreto (Estadual) nº 30.874/2017.

SUBCLÁUSULA QUARTA. Os débitos a serem restituídos pelo(a) **PARCEIRO(A)** observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Nos termos do art. 73 da Lei (Federal) nº 13.019/2014, dos artigos 10 e 12 do Decreto (Estadual) nº 30.874/2017, e dos artigos 71 a 74 do Decreto (Federal) nº 8.726/2016, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a SEASIC, que será concedida sempre que o(a) **PARCEIRO(A)** ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

PARÁGRAFO ÚNICO. A SEASIC determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e o(a) **PARCEIRO(A)** não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso o(a) **PARCEIRO(A)** não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada, ou não providencie o



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei (Federal) nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Termo de Fomento, será obrigatoriamente destacada a participação da SEASIC, observado o disposto no §1º do art. 37, da Constituição.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA. O(a) **PARCEIRO(A)** deverá disponibilizar para a SEASC a arte final do material produzido e seus formatos acessíveis.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA. A SEASIC fica autorizada a reproduzir o conteúdo do material produzido em todos os países que achar conveniente e na rede mundial de computadores (INTERNET).

SUBCLÁUSULA TERCEIRA. Para garantir acessibilidade ao conteúdo das publicações, todo material produzido deverá apresentar os seguintes dispositivos:

- I - toda obra impressa dever ser acompanhada de mídia digital acessível contendo, ao menos, um formato de texto com descrição das imagens;
- II - a impressão em Braille poderá ser exigida a depender da tiragem, plano de distribuição previsto no projeto aprovado e análise da SEASIC;
- III - no caso de obra audiovisual, serão exigidos, no mínimo, legenda, janela com intérprete de libras, áudio descrição e menu com áudio; e IV. no caso de obra de áudio, deverá ser disponibilizada a transcrição em texto.

SUBCLÁUSULA QUARTA. Todo e qualquer material a ser produzido para impressão e/ou divulgação deverá ser submetido à análise e aprovação prévia da SEASIC –, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e, após sua publicação, deverá ser destinado 5% (cinco por cento) das edições à SEASIC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Fomento, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade do (a) **PARCEIRO(A)**, não sendo permitida sua utilização em qualquer outra ação que não esteja dentro do escopo do objeto pactuado.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com o(a) **PARCEIRO(A)**, observados os seguintes procedimentos:

- I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
- II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA. Na hipótese de dissolução do(a) **PARCEIRO(A)** durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E
CIDADANIA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Fomento, o(a) **PARCEIRO(A)** se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da SEASIC, de acordo com o Manual de Identidade Visual desta.

PARÁGRAFO ÚNICO. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Fomento deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela SEASIC no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Os partícipes procurarão resolver administrativamente eventuais dúvidas e controvérsias decorrentes do presente ajuste. Não logrando êxito a solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Justiça Estadual. E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Aracaju-SE, 28 de Agosto de 2024.

ÉRICA LIMA CAVALCANTE MITIDIERI
Secretária de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania
CONCEDENTE

DÉBORA HEVELLIN SANTOS TAVARES LEAL
Presidente da SASAC
PARCEIRO (A)

TESTEMUNHAS:

1ª
CPF nº

2ª _____
CPF nº _____



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

PLANO DE TRABALHO

1- DADOS CADASTRAIS DO CONCEDENTE

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CONCEDENTE

Órgão/Entidade Concedente Secretaria Estadual da Assistência Social, Inclusão e Cidadania			CNPJ 34.841.186/0001-23
Endereço Av Herme Fontes, 2120. Bairro Grageru			
Cidade Aracaju/SE	UF SE	CEP 49045-760	DDD/Telefone 79 3179-7676
Email gabinete@seasic.se.gov.br			

1.2 RESPONSÁVEL LEGAL DO CONCEDENTE

Nome do Responsável Érica Lima Cavalcante Mitidieri		CPF [REDACTED]
RG / Órgão expedidor [REDACTED] SSP/SE		Cargo / Função Secretária de Estado
Endereço [REDACTED]		CEP [REDACTED]
Cidade Aracaju	UF SE	DDD/Telefone 79 [REDACTED]
Email gabinete@seasic.se.gov.br		

2- DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Entidade Proponente SOCIEDADE DE APOIO SÓCIO – AMBIENTALISTA E CULTURAL			CNPJ 05.550.1870001-10
Endereço: Rua Apolônia Martins dos Santos, nº05 - Residencial Ednaldo Villa Nova Valadares, Centro			
Cidade Simão Dias	UF SE	CEP 49480-000	DDD/Telefone (79) 9 79 9611-7423
Email sasac.ong@hotmail.com			

[Handwritten signatures]



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

2.2 RESPONSÁVEL LEGAL DO PROPONENTE

Nome do Responsável Legal pela Entidade Debora Hevellin Santos Tavares Leal		CPF [REDACTED]
RG / Órgão expedidor [REDACTED] SSP/SE	Cargo / Função (Presidenta da SASAC)	
Endereço [REDACTED]		CEP [REDACTED]
Cidade Simão Dias	UF SE	DDD/Telefone 79 [REDACTED]
Email [REDACTED]@hotmail.com		

2.3 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Nome do Responsável pelo Projeto Daniela Bento Alexandre		CPF [REDACTED]
RG / Órgão expedidor [REDACTED]	Cargo / Função Coordenadora	
Endereço [REDACTED]		CEP [REDACTED]
Cidade Poço Redondo	UF Sergipe	DDD/Telefone 79 [REDACTED]
Email [REDACTED]@gmail.com		

3- DESCRIÇÃO DO OBJETO

Identificação do Objeto Custeio de projetos de pesquisa, fortalecimento e defesa dos territórios e comunidades ribeirinhas e quilombolas (Bonsucesso, Resina, Carapitanga, Santa Cruz, Brejão, Mocambo, Muculanduba, Porto do Mato e Pontal)	Período de Execução	
	Início	Término
	Agosto/2024	Agosto/2025
Problema a ser resolvido A ameaça ao modo de vida dos pescadores, pescadoras e marisqueiras, baseado em práticas coletivas de trabalho passado de geração a geração; pela invasão dos manguezais, bem como das margens dos rios, e da vazão desordenada do rio São		



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

Francisco, e dos impactos da carcinicultura e de grandes empreendimentos imobiliários.

Resultados esperados

Reduzir os impactos ambientais enfrentados por essas comunidades, através de um processo formativo de construção de mecanismos de defesas e incidências, bem como o fortalecimento da economia local, através do aprimoramento de experiências de turismo de base comunitário.

Público-alvo

Nove comunidades, cinco municípios diferentes, sendo 02 do litoral Sul de Sergipe: Muculanduba e Porto do Mato, localizadas **na cidade de Estância** e Pontal em **Indiaroba**. 01 na Foz do Rio São Francisco: Resina, Carapitanga, Santa Cruz e Brejão em **Brejo Grande** e 02 no Alto Sertão Sergipano: Bonsucesso em **Poço Redondo** e quilombo Mocambo em **Porto da Folha**.

Todas essas comunidades enfrentam ameaças de perda de seus territórios e modo de vida, seja pelos impactos ambientais causados pela exploração imobiliária, seja pelo avanço da carcinicultura, seja pelos empreendimentos de empresas de petróleo, seja pela poluição dos mangues pelo uso desordenado de agrotóxicos, ou ainda pela a pouca vazão do rio São Francisco devido os barramentos.

4- ATUAÇÃO E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO PROPONENTE

Considerações gerais

Instituída oficialmente em 06 de novembro de 2002, a Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultura, é uma instituição que tem como objetivos principais:

Defender e proteger o meio ambiente e os recursos naturais, preservando áreas ecologicamente importantes conservando a biodiversidade e estimulando a criação de unidades de conservação; estimular e desenvolver o pleno exercício de cidadania através da educação ambiental para melhorar a qualidade de vida da população; estudar, pesquisar e divulgar as causas dos problemas ambientais e possíveis soluções visando o desenvolvimento ecológico sustentável; promover a assistência social beneficente nas áreas da reforma agrária e rural em consonância com o meio ambiente; Difundir atividades educativas, culturais e científicas realizando conferências, seminários, cursos, treinamentos, editando publicações, processamento de dados, assessoria a programas; estimular as parcerias e o diálogo local à solidariedade entre



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

diferentes segmentos sociais; promover a consciência para equidade de gênero; apoiar a agricultura familiar, desenvolvendo atividades organizativas e difusão de tecnologia apropriada ao modelo de agricultura alternativa; realizar intercâmbios com outras instituições para promoção e divulgação de trabalhos realizados.

Em nossa área de atuação constam como experiências a implantação e coordenação dos Territórios regulamentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em Sergipe, Convênios com Ministérios e Governo do Estado, participação em colegiados, coletivos, movimentos, fóruns e conferências.

Ao longo dos seus 21 anos de atuação, a SASAC tem executado ações de caráter educacional, socioeconômico, desenvolvimento local sustentável, compreendendo atividades culturais, crédito popular, educação, cultura, cidadania, saúde, alimentação, acesso a bens necessários as garantias e melhoria da qualidade de vida das populações por ela atendida.

Os títulos de utilidade pública, municipal e estadual em 2011 e 2013, respectivamente, lhe confere a idoneidade e compromisso da SASAC, como uma instituição idônea e de interesse social.

Todas as comunidades que integram essa proposta têm em comum, além dos desafios acima citados, a atuação do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), nosso parceiro direto para a execução dessa proposta junto aos territórios e povos das águas de Sergipe.

Experiência prévia

1. Organizadora dos empreendimentos residências - PNHR e FDS – Recanto dos girrassóis e Edinaldo Vila Nova Valadares;
2. Construção de 4.469 cisternas, sendo elas: Calçadão, enxurrudas, barreiros trincheiros e cisternas de 16 mil litros, e 23 bancos de sementes. Números de de 2010 até 2023, em parceria com Articulação Semiárido Brasileiro (ASA);
3. Participou do comitê territorial das famílias assistidas pelo o Projeto Dom Helder Camara e Prestou serviço de Assessoria Técnica ao referido publico de 2004 a 2013, ano que o referido projeto passou a ser excutado pelo a EMDAGRO.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

5- VALORES

Valor Global R\$ 50.000,00	Valor de Repasse R\$ 50.000,00	Valor de Contrapartida R\$ 0,00)
Origem do valor de repasse Emenda Impositiva Estadual 2024		
Autor(a) e valor da Emenda Linda Brasil no valor de R\$ 50.000,00		

6- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO-

Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade de medida	Quantidade	Início	Término
1. Capacitar um grupo de 30 pescadores em beneficiamento do pescado durante o período de execução do projeto	1.1. Deslocamento	Oficina de beneficiamento do pescado TRANSPORTE (vans, taxi, uber, passagens de ônibus)	Verba	1	11/2024	02/2025
1. Capacitar um grupo de 30 pescadores em beneficiamento do pescado durante o período de execução do projeto	1.2. alimentação do evento	Oficinas de beneficiamento do pescado ALIMENTAÇÃO (Café da manhã, almoço, jantar e lanches)	Und	90	11/2024	02/2025
1. Capacitar um grupo de 30 pescadores	1.3 Assessoramento pedagógico do	Oficinas de beneficiamento do pescado	h/a	8	10/2024	10/2024



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

em beneficiamento do pescado durante o período de execução do projeto	evento	ASSESSORIA				
1. Capacitar um grupo de 30 pescadores/as em beneficiamento do pescado durante o período de execução do projeto	1.4. Preparação de kit de material pedagógico	Oficinas de beneficiamento do pescado KIT DE MATERIAL DIDÁTICO	Und	30	10/2024	10/2024
2. Realizar um curso microrregional de gastronomia envolvendo 30 pescadores/as com habilidades para culinária regional	2.1 deslocamento	Curso microrregional sobre Gastronomia local TRANSPORTE (vans, taxi, uber, passagens de ônibus)	Verba	3	02/2025	05/2025
2. Realizar um curso microrregional de gastronomia envolvendo 30 pescadores/as com habilidades para culinária regional	2.2 Assessoramento pedagógico do evento	Curso microrregional sobre Gastronomia local ASSESSORIA	h/a	48	02/2025	05/2025
2. Realizar um curso microrregional de	2.3 alimentação do evento	Curso microrregional sobre Gastronomia	Und	180	02/2025	05/2025



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

gastronomia envolvendo 30 pescadores/as com habilidades para culinária regional		local ALIMENTAÇÃO (Café da manhã, almoço, jantar e lanches)				
2. Realizar um curso microrregional de gastronomia envolvendo 30 pescadores/as com habilidades para culinária regional	2.4 Preparação de kit de material pedagógico	Curso microrregional sobre Gastronomia local KIT DE MATERIAL DIDÁTICO	Und	60	02/2025	05/2025
3. Organizar um trabalho de pesquisa sobre conflitos regionais, em forma de oficinas pedagógicas com um grupo de 25 pessoas por mesorregião	3.1 deslocamento	Oficina de construção de mapas de conflitos TRANSPORTE (vans, taxi, uber, passagens de ônibus)	Verba	2	09/2024	09/2024
3. Organizar um trabalho de pesquisa sobre conflitos regionais, em forma de oficinas pedagógicas com um grupo de 25 pessoas por microrregião	3.2 Construção de peças de estudo	Oficina de construção de mapas de conflitos BANNER	Und	5	09/2024	09/2024
4. Sistematizar os conflitos	4.1 Deslocamento	Oficinas microrregionais	Verba	2	09/2024	09/2024

[Handwritten signatures]



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

microrregionais levantados em pesquisa, na forma de denúncias e provas de crimes ambientais e ocupação territorial indevida com um grupo de 25 pessoas por microrregião		de Elaboração de denúncias e produção de provas TRANSPORTE (vans, taxi, uber, passagens de ônibus)				
5. Pesquisar e sistematizar a cartografia social dos grupos microrregionais envolvidos no trabalho da Comissão Pastoral da Terra em Sergipe	5.1 deslocamento	Oficinas Produção de cartografia social TRANSPORTE (vans, taxi, uber, passagens de ônibus)	Und	2	10/2024	10/2024
5. Pesquisar e sistematizar a cartografia social dos grupos microrregionais envolvidos no trabalho da Comissão Pastoral da Terra em Sergipe	5.2 Assessoramento pedagógico do evento	Oficinas Produção de cartografia social ASSESSORIA	h/a	16	10/2024	10/2024
6. Realizar uma audiência pública sobre a vazão do Rio São Francisco,	6.1 deslocamento	Audiência pública sobre vazão do Rio São Francisco	verba	1	03/2025	03/2025



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

envolvendo 50 pessoas		TRANSPORTE (vans, taxi, uber, passagens de ônibus)				
6. Realizar uma audiência pública sobre a vazão do Rio São Francisco	6.2 Alimentação do evento	Audiência pública sobre vazão do Rio São Francisco ALIMENTAÇÃO (almoço completo)	Und	50	03/2025	03//2025
7. Realizar um seminário sobre impactos da carcinicultura em áreas de preservação ambiental envolvendo 50 pessoas	7.1 Deslocamento	Seminário impactos da carcinicultura em áreas de preservação ambiental TRANSPORTE (vans, taxi, uber, passagens de ônibus)	verba	1	06/2025	06/2025
7. Realizar um seminário sobre impactos da carcinicultura em áreas de preservação ambiental envolvendo 50 pessoas	7.2 alimentação do evento	Seminário impactos da carcinicultura em áreas de preservação ambiental ALIMENTAÇÃO (Café da manhã, almoço, jantar e lanches)	Und	300	06/2025	06/2025
7. Realizar um seminário sobre impactos da carcinicultura em áreas de	7.3 Acomodação e hospedagem dos participantes do seminário	Seminário impactos da carcinicultura em áreas de preservação ambiental	diárias	100	06/2025	06/2025

[Handwritten signature]



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

preservação ambiental envolvendo 50 pessoas		HOSPEDAGEM (2 diárias)				
7. Realizar um seminário sobre impactos da carcinicultura em áreas de preservação ambiental envolvendo 50 pessoas	7.4 Preparação de kit de material pedagógico	Seminário impactos da carcinicultura em áreas de preservação ambiental KIT MATERIAL	Und	50	06/2025	06/2025
8. Montar uma campanha em defesa do Rio São Francisco com pescadores/as diretamente impactados.	8.1 Organização do material de divulgação, textos e imagens	CAMPANHA EM DEFESA DOS MANGUEZAIS E DO RIO SÃO FRANCISCO Assessoria em comunicação	h/a	50	11/2024	03/2025
8. Montar uma campanha em defesa dos manguezais e do Rio São Francisco com pescadores/as diretamente impactados.	8.2 Organização do material gráfico e designer dos folderes	CAMPANHA EM DEFESA DOS MANGUEZAIS E DO RIO SÃO FRANCISCO Assessoria em Designer	h/a	50	09/2024	03/2025
8. Montar uma campanha em defesa dos manguezais e do Rio São Francisco com pescadores/as diretamente impactados.	8.3 Impressão do material produzido e graficamente organizado	CAMPANHA EM DEFESA DOS MANGUEZAIS E DO RIO SÃO FRANCISCO IMPRESSÃO	Und	30.000	10/2024	06/2025
8. Montar uma	8.4	CAMPANHA	verba	1	10/2024	06/2025

[Handwritten signatures and marks]



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

campanha em defesa dos manguezais e do Rio São Francisco com pescadores/as diretamente impactados.	Deslocamento para campanha e panfletagem educativa	EM DEFESA DOS MANGUEZAIS E DO RIO SÃO FRANCISCO TRANSPORTE (vans, taxi, uber, passagens de ônibus)				
--	--	---	--	--	--	--

7- METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto será participativa, sendo que todas as atividades envolveram um trabalho de construção coletiva, feitos a partir de pesquisas de campo, utilizando um modelo de diagnóstico socioterritorial, com levantamento de dados, montagem de esquemas de capacitação de outros sujeitos e construção de peças de divulgação.

Visto que o projeto de formações e incidência surge da necessidade de contribuir com o trabalho realizado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, junto as comunidades localizadas no Litoral sul de Sergipe, foz do rio São Francisco e Alto Sertão Sergipano, no sentido de enfrentar a invasão dos seus territórios de vida por empreendimentos que vão desde a carcinicultura, construção civil e empreendimento petrolíferos, para tanto o foco principal será na capacitação da população desses territórios, através da parceria com o Conselho Pastoral de Pescadores e Pescadoras, com o Movimento de Pescadoras e Pescadoras, com o Movimento de Marisqueiras de Sergipe e Associações locais.

A SASAC funcionará como âncora desses movimento e pastorais no sentido de garantir a auto-organização dos sujeitos, mobilizando-se em torno de suas causas e atuando como protagonistas de suas lutas.

para atender essa demanda serão realizadas oficinas e cursos de capacitação, envolvendo tanto as atividades práticas de gastronomia e processamento do pescado, quanto de incidência e luta, com preparação de material de sensibilização para causas ambientais e seminários e



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

audiências que tragam as questões ambientais e de proteção do território para o centro do debate das políticas públicas de Sergipe.

Teremos uma equipe de trabalho que envolve os agentes do Conselho Pastoral de Pescadores a Diretoria da Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural e os movimentos de pesca, bem como alguns consultores contratados para atuar como formador em atividades específicas, conforme sua formação.

De forma prática as oficinas de construção de mapas de conflito, de denúncias e produção de provas e de cartografias serão feitas dentro de um trabalho que envolve a pesquisa participativa e a construção de um protocolo de consulta, que visa criar um instrumental de garantia dos direitos das populações tradicionais pesqueiras; já a oficina de beneficiamento do pescado e o curso de gastronomia tradicional, são ações que tem em vista uma ampliação do universo de produção econômica dessas populações, mas também parte da pesquisa sobre esse último terá uma etapa presencial e outra que será realizada de forma online, com atividades de pesquisa e construção teórica. Os seminários a audiência e a campanha, são instrumentos também de fortalecimento político das populações e movimentos da pesca, com a finalidade de discutir e apresentar ao poder público e ao judiciário as questões emblemáticas de ocupação indevida do território, pelos grandes empreendimentos, pela carcinicultura, petrolíferos e pelas barragens no curso do Rio São Francisco, com grandes impactos ambientais.

8- PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1.00)

Descrição do item	Meta/ Etapa corresp.	Código de natureza de despesa	Valor unit. (R\$)	Unidade de medida	Quant.	Valor total
Avental lona M 69X48 cm	1/1.4 e 2/2.4	3.3.50.41	7,49	Unid,	30	224,70
Caçarola tradicional com asa n. 22	1/1.4 e 2/2.4	3.3.50.41	35,10	Unid.	03	105,30
Caçarola tradicional com asa n. 24	1/1.4 e 2/2.4	3.3.50.41	44,70	Unid	03	134,10

[Handwritten signatures and initials]



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

Caçarola tradicional com asa n. 26	1/1.4 e 2/2.4	3.3.50.41	50,40	Unid	04	201,60
Assadeira retangular alta com abas n, 3	1/1.4 e 2/2.4	3.3.50.41	53,27	Unid	02	106,54
Assadeira retangular alta com abas n, 4	1/1.4 e 2/2.4	3.3.50.41	68,49	Unid,	02	136,98
Caixa gradeada 55X36X31 BCA, virgem	1/1.4	3.3.50.41	78,65	Unid.	02	157,30
Cad broc 1x1 CD 96f C5 amarelo ref 10417	1/1.4; 2/2.4 e 7/7.4	3.3.50.41	10,49	Unid	120	1.258,80
Pasta aba elástico ofício linho serena azul pastel	1/1.4; 2/2.4 e 7/7.4	3.3.50.41	4,49	Unid	120	538,80
Resma papel chamex A4 500 folha	1/1.4; 2/2.4 e 7/7.4	3.3.50.41	32,50	Unid	10	325,00
Papel fotográfico Adhesivo A4 135 GM2 pct/50f	1/1.4; 2/2.4 e 7/7.4	3.3.50.41	61,00	Unid	02	122,00
Caneta BIC	1/1.4; 2/2.4 e 7/7.4	3.3.50.41	0,75	Unid	150	112,50
Touca TNT sanfonada C/100 Un	1/1.4 e 2/2.4	3.3.50.41	13,19	Unid	02	26,38
Arroz parbolizado 1 kg	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	224,70	Fd	04	898,80
Feijão carioca 1 kg	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	219,00	Fd	02	438,00
Açúcar cristal 1 kg	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	130,50	Fd	03	391,50
Coxão mole/contra filé bovino	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	30,99	Kg	50	1.549,50
Bisteca suína congelada	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	18,20	Kg	50	910,00
Filé de peito frango	1/1.2; 2/2.3;	3.3.50.41	25,29	Unid	60	1.517,40

[Handwritten signatures]



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

1kg	6/6.2 e 7/7.2					
Óleo de Soja 900 ml	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	129,80	Cx	02	259,60
Mussarela kg	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	35,10	Kg	20	702,00
Café moído almofada 250 g	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	147,80	Fd	03	443,40
Leite em pó instantâneo 250 g	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	28,65	unid	30	859,50
Biscoito crean cracker 350 g	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	59,80	Cx	02	119,60
Biscoito Maizena 350 g	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	91,00	Cx	03	273,00
Biscoito Maria tradicional 350 g	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	85,80	Cx	03	257,40
Laranja Und	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	0,79	Unid	100	79,00
Banana prata	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	0,85	Unid	120	102,00
Bolo de ovos I kg	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	18,99	Kg	20	379,80
Bolo de leite inteiro	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	18,00	Unid	15	270,00
Bolo de macaxeira pequeno	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	18,00	Kg	15	270,00
Espaguete 400g	1/1.2; 2/2.3 ; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	74,75	Fd	03	224,25
Cebola branca	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	10,49	Kg	33,7652	354,20
Alho	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	1,65	unid	200	330,00

[Handwritten signatures]



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

Tomate kg	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	9,99	kg	30	299,70
Repolho verde	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	6,49	kg	20	129,80
Cenoura graúda	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	7,99	kg	25	199,75
Macaxeira	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	5,99	kg	30	179,70
Batata inglesa	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	9,39	kg	30	281,70
Ovos branco (cx. c/21 dúzias)	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	252,00	Cx	02	504,00
Colorífico 497 g	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	4,65	unid	20	93,00
Condimento misto 497g	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	6,99	unid	20	139,80
Alface crespa	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	3,50	unid	15	52,50
Azeite extra virgem	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	51,35	unid	06	308,10
Adoçante líquido a base de sucralose 100 ml	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	7,25	unid	12	87,00
Goiabada 250 g	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	2,95	unid	30	88,50
Bananada 250 g	1/1.2; 2/2.3; 6/6.2 e 7/7.2	3.3.50.41	5,25	unid	30	157,50
Hospedagem popular em espaço com estrutura para realização do seminário	7/7.3	3.3.50.41	24,00	Diárias	100	2.400,00
Serviços de transporte de	1/1.1; 2/2.1; 3/3.1; 4/4.1;	3.3.50.41	5,00	Km	3.220	16.100,00



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

passageiro sendo 13 viagens no total de 3.220 km	5/5.1; 6/6.1; 7/7.1 e 8/8.4					
15.000 panfletos defesa do Rio São Francisco 15X21 cm, 4x4 cores tinta escala em couche brilho 115g saída em CTP	8/8.3	3.3.50.41	0,1666	Unid	15.000	2.500,00
15.000 panfletos defesa dos manguezais 15X21 cm, 4x4 cores tinta escala em couche brilho 115g saída em CTP	8/8.4	3.3.50.41	0,1666	Unid	15.000	2.500,00
Capacitar um grupo de 30 pescadores em beneficiamento do pescado	1/1.3	3.3.50.41	75,00	h/a	08	600,00
Realização de formação em culinária regional em um curso microrregional de gastronomia envolvendo 30 pescadores/as	2/2.2	3.3.50.41	75,00	h/a	48	3.600,00
Assessoria em sistematização de cartografia social dos grupos microrregionais envolvidos no trabalho da Comissão Pastoral da Terra em Sergipe	5/5.2	3.3.50.41	75,00	h/a	16	1.200,00
Assessoria em comunicação para montar uma campanha em defesa do Rio São Francisco com pescadores/as	8/8.1	3.3.50.41	45,00	h/a	50	2.250,00



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E CIDADANIA

diretamente impactados						
Assessoria em Designer para montar uma campanha em defesa do Rio São Francisco com pescadores/as diretamente impactados.	8/8.2	3.3.50.41	45,00	h/a	50	2.250,00
TOTAL						50.000,00

9- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1.00)

Número da Parcela	Responsável	Valor	Previsão de desembolso		Meta/Etapa associada
			Mês	Ano	
1	concedente	50.000,00		2024	1/1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 3/3.1; 3.2; 4/4.1; 8/8.1; 8.2; 8.3; 8.4 - 5/5.2; 6/6.1; 6.2 - 2/2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 7/7.1; 7.2; 7.3; 7.4

**10- ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DO PROPONENTE OU DO
RESPONSÁVEL LEGAL DO EXECUTOR**

Débora Hevellin Santos Tavares Leal

DÉBORA HEVELLIN SANTOS TAVARES LEAL

Presidente da SASAC

11- APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Plano de Trabalho Aprovado conforme Parecer nº 4287/2024 PGE/SE e Parecer
nº 101/2024 USCI/SEASIC.

Érica Lima Cavalcante Mitidieri

ÉRICA LIMA CAVALCANTE MITIDIERI

Secretária de Estado de Assistência Social, Inclusão e Cidadania – SEASIC

Aracaju-SE, 28 de Agosto de 2024.